

## ENTREVISTA

## **Entre fronteiras: saberes, militância e circulação acadêmica na trajetória de Helena Hirata**

**Between borders: Knowledge, activism, and academic circulation in Helena Hirata's career**

**Entre fronteras: conocimiento, activismo y circulación académica en la trayectoria de Helena Hirata**

**Helena Hirata\*** 

**Entrevista concedida a:**

**Maira Abreu\*\*** 

**Eduardo Dimitrov\*\*\*** 

### **RESUMO**

Helena Hirata, renomada socióloga brasileira, Diretora de Pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), na França, com destacada produção nas áreas de sociologia do trabalho e de estudos de gênero, é aqui entrevistada por Maira Abreu e Eduardo Dimitrov. A entrevista tem por foco a circulação entre Brasil e França de pessoas, ideias e pesquisas – atravessada pela densa interconexão entre redes acadêmicas e militantes. A trajetória de Hirata, marcada pelo exílio político na França nos anos 1970, evidencia como os vínculos forjados no campo da militância – feminista, socialista, antiautoritária – se entrelaçaram à sua inserção e consolidação no meio acadêmico.

**Palavras-chave:** circulação intelectual Brasil-França, ditadura militar e perseguição de acadêmicos, exílio político em França, circulação intelectual assimétrica.

\* Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França.

Doutora em Sociologia política pela Université Paris VIII (1979), Livre-docente pela Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. Atualmente é diretora de pesquisa emérita do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) no laboratório CRESPPA - equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités) associado às Universidades de Paris 8-Saint-Denis e Paris 10-Nanterre.

\*\* Université de Picardie Jules Verne, Paris, França.

Doutora em Ciências Sociais e Pesquisadora do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris, Genre, Travail, Mobilités (CNRS).

\*\*\* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Doutor em Antropologia Social, Professor no Departamento de Sociologia da UnB e Editor-Chefe da revista Sociedade e Estado.

## ABSTRACT

Helena Hirata, a renowned Brazilian sociologist and Research Director at the Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) in France, with a distinguished career in the sociology of work and gender studies, was interviewed by Maira Abreu and Eduardo Dimitrov. The interview focuses on the circulation of people, ideas, and research between Brazil and France – traversed by the dense interconnection between academic and activist networks. Hirata's career, marked by political exile in France in the 1970s, highlights how the bonds forged in the field of activism – feminist, socialist, anti-authoritarian – have intertwined with her integration into academia.

**Keywords:** intellectual circulation Brazil-France, military dictatorship and persecution of academics, political exile in France, asymmetrical intellectual circulation.

## RESUMEN

Helena Hirata, reconocida socióloga brasileña y directora de investigación del Centro Nacional de la Investigación Científica (CNRS) en Francia, con una destacada trayectoria en sociología del trabajo y estudios de género, es entrevistada por Maira Abreu y Eduardo Dimitrov. La entrevista se centra en la circulación de personas, ideas e investigaciones entre Brasil y Francia, atravesada por la densa interconexión entre redes académicas y activistas. La trayectoria de Hirata, marcada por el exilio político en Francia en la década de 1970, destaca cómo los vínculos forjados en el ámbito del activismo —feminista, socialista y antiautoritario— se entrelazaron con su inserción y consolidación en la academia.

**Palabras clave:** circulación intelectual Brasil-Francia, dictadura militar y persecución de académicos, exilio político en Francia, circulación intelectual asimétrica.

## Apresentação

A entrevista com a socióloga Helena Hirata tem como fio condutor a circulação internacional de pessoas, ideias e pesquisas – atravessada pela densa interconexão entre redes acadêmicas e militantes. A trajetória da própria entrevistada, marcada pelo exílio político na França nos anos 1970, evidencia como os vínculos forjados no campo da militância – feminista, socialista, antiautoritária – se entrelaçaram à sua inserção e consolidação no meio acadêmico. Ao longo da conversa, Hirata revisita esses cruzamentos, mostrando como trajetórias políticas individuais contribuíram para a formação de coletivos de pesquisa e para o intercâmbio entre instituições brasileiras e francesas.

São abordados de forma crítica os mecanismos institucionais que facilitaram ou limitaram essa circulação, como os acordos Capes/Cofecub, CNRS/CNPq e as colaborações com universidades brasileiras, entre elas a USP e a Unicamp. Hirata reflete sobre os fluxos predominantemente unilaterais de estudantes e pesquisadores brasileiros rumo à França, as desigualdades no financiamento e o impacto das barreiras linguísticas e culturais. Nesse percurso, ela analisa também a forma como os estudos de gênero e trabalho circularam entre os dois contextos, destacando a importância dos compromissos políticos e teóricos para sustentar essas agendas em diferentes momentos.

Mais do que um relato pessoal, a entrevista apresenta uma visão engajada e situada da construção do conhecimento nas ciências sociais. Helena Hirata mostra como sua trajetória foi tecida entre espaços de pesquisa e espaços de militância, sugerindo que a circulação internacional de saberes só se realiza plenamente quando alicerçada em relações de confiança, solidariedade e compromisso intelectual. O leitor é convidado a acompanhar esse percurso singular que ilumina, com rigor e sensibilidade, os desafios da internacionalização crítica da pesquisa. A entrevista foi realizada por Maira Abreu e Eduardo Dimitrov na sede do CNRS na rua Pouchet, em Paris, no dia 27 de novembro de 2024.

## Entrevista

**Eduardo Dimitrov (ED):** Para começar a entrevista, gostaríamos de saber um pouco da sua história: origem, família...

**Helena Hirata (HH):** A primeira coisa que eu deveria dizer é que eu não sou brasileira nascida no Brasil. Nasci no Japão. Fui para o Brasil quando eu tinha cinco anos porque os meus pais foram para o Brasil. Eles me levaram com mais dois irmãos que nasceram no Japão.

Eu fiz toda a minha escolaridade no Brasil. Desde o pré-primário até a universidade. Vim para a França como exilada política, depois de terminar a graduação em filosofia na Universidade de São Paulo e depois de ministrar, junto com o Giannotti,<sup>1</sup> que era o professor principal, um curso de Teoria do Conhecimento na Faculdade de Filosofia. Chegando na França, eu tive uma série de pequenos trabalhos...

**Maira Abreu (MA):** Antes dessa parte francesa, queríamos abordar um pouco mais o período no Brasil. Gostaríamos de entender como você se interessou por fazer filosofia? Você fez que colégio?

**HH:** Eu fiz o Dante Alighieri. Li uma série de autores, não estudei: traduções de Paul Nizan, Simone de Beauvoir, Sartre... Tinha disponível uma série de obras de filósofos. Isso me influenciou.

Nessa época, até me perguntei por que cursei filosofia, pois eu era a única pessoa de origem japonesa que fazia filosofia. As pessoas de origem japonesa, em geral, faziam cursos que davam mais possibilidade de trabalho imediato, como direito, medicina, engenharia... E eu tinha escolhido um curso que não dava nenhum tipo de possibilidade de trabalho imediato. Isso deve ter relação com o que o meu pai era e o que ele representava para nós. Ele dizia que nós não devíamos ser japoneses. Nós devíamos entrar na sociedade brasileira, como ele. Por exemplo, nós não aprendemos japonês, não fomos para a escola japonesa, não fomos a clubes de pessoas japonesas, existiam muitos em São Paulo, porque ele achava que a gente devia ter amigos brasileiros, entrar na sociedade brasileira, falar bem português... Era esse o nosso futuro.

Evidentemente, ele, como deputado estadual e depois federal, tinha toda a razão de achar que o futuro estava no Brasil, e não no culto dos ancestrais

---

<sup>1</sup>José Arthur Giannotti (1930-2021) foi professor emérito e titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

japoneses, embora minha mãe fosse japonesa, japonesa nascida lá e sempre educada na cultura japonesa.<sup>2</sup>

**MA:** Mas você aprendeu a falar japonês, apesar disso?

**HH:** Aprendi em casa, porque minha mãe falava conosco em japonês, e nós falávamos com ela em japonês. Então, a linguagem coloquial japonesa até hoje eu domino. Posso fazer entrevistas em japonês, como fiz no Japão, quando eu fiz a minha pesquisa sobre as cuidadoras do Japão, em 2011. Esse domínio da língua japonesa eu só tenho para a linguagem coloquial, de casa. Eu não seria capaz de fazer uma conferência em japonês, porque eu não tenho o domínio da linguagem técnica e da linguagem adulta.

**MA:** Você lê?

**HH:** Não, não leio, porque, para aprender a ler, você teria que ter estudado no Japão ou estudado japonês. Eu não estudei japonês no Brasil e, no Japão, eu só fiz o Jardim da Infância. Então, não aprendi a escrever, a ler etc.

E eu tentei aprender depois, quando tive minhas bolsas para o Japão. Eu tentei várias vezes e fui para escolas e tive professores, mas é muito difícil você aprender a escrever japonês, uma língua em que é preciso dominar cinco mil caracteres para ler um jornal e muito mais para ler uma literatura mais consequente. Então, eu cheguei a dominar, mais ou menos, 400 caracteres japoneses, mas nunca cheguei aos cinco mil.

**ED:** Mas a sua mãe era uma pessoa culta também, vinha de uma família culta.

**HH:** Minha mãe era filha de embaixador japonês, primeiro em Seattle, depois em Pequim, depois em Manila, em Filipinas; ela era culta porque a família era culta, mas como era mulher, ela não estudou além do ensino médio. Não chegou a frequentar uma universidade. Ela falava inglês porque estava em países de língua inglesa, mas [não?] teve uma cultura universitária.

Meu pai fez a faculdade de Direito na São Francisco, ele foi da primeira turma de filhos de imigrantes japoneses a fazerem uma universidade. Eles eram um grupo de sete filhos de imigrantes que tinham conseguido, pela primeira vez, um diploma universitário no Brasil. Havia uma mulher, mas eram chamados de os Sete Samurais. Justamente por ter sido um dos universitários da São Francisco, ele conseguiu uma bolsa para fazer uma

<sup>2</sup> Sussumu Hirata (1914-1974) foi Deputado Estadual em São Paulo de 1954 a 1962, eleito pela UDN. Em seguida, foi Deputado Federal por São Paulo de 1963 a 1975, inicialmente pela UDN e, posteriormente, pela ARENA.

especialização em Direito Internacional no Japão com o Kōtarō Tanaka,<sup>3</sup> uma sumidade nessa área.

Como estourou a guerra, em vez de ficar dois anos, ele ficou dez. Lá, ficou do lado dos Americanos, porque era brasileiro de origem, tinha passaporte brasileiro. Casou-se, teve filhos e veio para o Brasil.

**ED:** Quando você entra na USP, nos anos 1960, você chegou a acompanhar o final das discussões dos Seminários Marx?

**HH:** Não, já tinha acontecido. Eu conheci todo o pessoal que participou desse seminário, como o Rui Fausto, o Roberto Schwartz, o Bento Prado Júnior, todo o pessoal – o Giannotti, né? Quando eu entrei, ouvi falar desse seminário, mas como alguma coisa que já tinha acontecido.

Agora, fui influenciada pelo que eu li na universidade. Eu me lembro de um livro chamado *Marxismo*, do André Piettre (1969), que saiu pela Editora Zahar. E quando eu li, eu me disse que eu tinha que ser comunista e trabalhar, militar etc.

Procurei o Emir Sader, que na época dava aula lá na USP, para saber como eu poderia me aprofundar nesses ensinamentos sobre o marxismo do André Piettre. Ele me encaminhou para o POC, que era uma organização, uma fusão da dissidência leninista do Rio Grande do Sul mais a POLOP de Minas. Eu entrei no POC e foi aí que eu fiz a minha militância, que acabou em Ibiúna e, depois, na perseguição, que me levou a fugir e a vir para a França.

**ED:** Antes de entrarmos na militância, só para recuperar o fio da USP, você iniciou um mestrado com o Giannotti?

**HH:** Não, eu dei aula junto com ele, que era o professor principal. Ele dava aula de lógica na Teoria do Conhecimento. Na época, eu estava trabalhando com uma ideia de fazer uma pesquisa sobre o desejo em Hegel e em Sade. Alguma coisa dessa ideia entrou no meu projeto de seminário, dentro da Teoria do Conhecimento. Mas eu dei aula durante dez meses de graça e não fui contratada, porque, para ser contratada, eu não podia ter um processo judicial em curso e eu tinha o processo de Ibiúna.

Então, eles não me contrataram, e eu acabei, depois de dez meses, dizendo que eu não ia mais continuar porque não ia ser contratada e denunciei a situação. Saí e achei que provocaria alguma celeuma, mas não provocou.

---

<sup>3</sup> Kōtarō Tanaka (1890- 1974), jurista, acadêmico e político japonês, foi Ministro da Educação do Império do Japão e o Chefe de Justiça do Japão no pós-guerra. Uma referência em direito internacional, em 1961, Tanaka atuou no Tribunal Internacional de Justiça de Haia (Hardacre et al., 2021, p. 24).

Um professor assumiu a sequência do meu seminário e disse que não tinha problema, ele continuaria dando as aulas.

Eu acabei deixando a filosofia, mas continuei em contato com o Giannotti por causa do Cebrap. Quando pude voltar ao Brasil, depois da anistia, em 1979, fui para o Cebrap, para ter um lugar de trabalho. Na época, o Fernando Henrique Cardoso era o presidente, e eu pedi a ele para me inserir no Cebrap – e ele concedeu. O Giannotti também estava lá naquele período.

**MA:** Você conhecia Fernando Henrique antes de ir para a França?

**HH:** Não o conheci na USP, porque eu fazia Filosofia, e ele era professor nas Ciências Sociais. Conheci-o no Cebrap mesmo, quando o procurei para ser integrada ao Cebrap. Conheci, então, o Chico de Oliveira, todo o pessoal...

**MA:** E teve pessoas que você encontrou no Brasil e depois reencontrou aqui, no exílio?

**HH:** Lembro-me da Maria José Werebe, que conheci no Brasil e reencontrei aqui. Ela também teve que sair da Faculdade de Educação, foi perseguida pelas ideias dela e veio para cá. Entrou no CNRS, na área de psicologia da educação, psicologia social, publicou vários livros...

**ED:** Ela, você já conhecia no Brasil? Porque ela foi importante para te acolher aqui quando você chegou na França.

**HH:** Sim, já a conhecia desde o Brasil. Ela fazia parte da paritária geral – que era uma instância da Faculdade de Filosofia com participação igual de alunos e professores. Isso foi na época de Ibiúna, do movimento da Universidade Crítica, do qual eu participava. Estavam ali o José Cavalcante de Souza, o Antônio Cândido... vários professores da Faculdade de Filosofia faziam parte dessa paritária. A Maria José Werebe também. E eu estava lá representando os alunos.

**MA:** Você poderia falar um pouco mais sobre a sua militância no Brasil e, em seguida, a sua saída?

**HH:** Como toda mulher, fui alocada para o que chamavam de “setor interno da organização”: a gente datilografava os manifestos, mimeografava os *stencils* e também acompanhava as pessoas. Levávamos material – inclusive militar, como armas – para casas de pessoas que podiam esconder esses itens. Isso também era uma tarefa do setor interno. Eu fazia esse tipo de trabalho, especialmente quando a organização começou a se militarizar. Mas ela nunca foi uma organização armada como a VPR ou a ALN. Realizava

algumas ações pequenas, como roubos, para levantar algum fundo, mas sempre de forma muito tímida – às vezes na casa de conhecidos, amigos de militantes. Também fazíamos ações para conseguir papéis e documentos, por exemplo, para confeccionar carteiras de identidade falsas.

As armas ficavam com um setor militar muito pequeno, e a gente não tinha contato direto com esse grupo. Nossa papel era só levar o material de um lugar a outro.

Inclusive, uma das pessoas que acolheu esse material e nos ajudou bastante foi o Jean Galard, professor de estética que dava aula no Departamento de Filosofia. Hoje, ele está na França, mas na época atuava na USP e foi fundamental para nos ajudar a esconder materiais. Mantenho contato com ele até hoje.

Os franceses que estavam lá naquele tempo apoiavam muito o que fazíamos. Tinha também a Danielle Ancier, que depois se casou com o Jacques Rancière. Ela dava aula de ética; uma das aulas dela era sobre o *Pequeno Livro Vermelho do Mao*, essa era a aula de ética dela.

Naquele período, havia muitos franceses na Filosofia: o Gilles-Gaston Granger, o Jules Vuillemin, o Gérard Lebrun, que ficou ainda por bastante tempo. Então, em várias etapas, o Departamento de Filosofia teve uma presença francesa muito forte. Isso vem desde a época do Lévi-Strauss, desde a fundação da USP, com grande influência da missão francesa.

O Paulo Arantes até escreveu sobre isso – que o Departamento de Filosofia da USP era praticamente “um departamento francês de ultramar” (Arantes, 1994).

**MA:** E eles davam aula em francês ou em português? É só um detalhe.

**HH:** Eles davam aula em português. Todos davam aula em português.

Quem não falava português eram os que vinham por pouco tempo, como o Jacques Rancière. Quando ele conheceu a Danielle Ancier, que já estava lá, deu um curso curto sobre as *Teses sobre Feuerbach*, do Marx. Só sobre isso. Ele falava em francês.

Teve também o Jean Genet, que veio e ficou pouquíssimo tempo. E o Jean-Toussaint Desanti, que também veio e ficou pouco tempo. Esses falavam em francês.

O Michel Foucault também falava em francês. Ele deu uma versão preliminar do *Les Mots et les Choses*, antes mesmo da publicação. E eu conseguia acompanhar bem, podia fazer perguntas em francês. Eu tinha feito muitos anos de francês no Dante – a professora era ótima –, então eu falava e entendia bem.

Acho que, naquela época, o francês ainda era obrigatório nas escolas, então a maioria das pessoas entendia, ou pelo menos conseguia acompanhar as aulas em francês sem grandes dificuldades.

Hoje, por exemplo, o Serge Paugam está dando aula em português no Departamento de Sociologia da USP. Ele faz um esforço, traduz tudo em casa antes de dar a aula.

**ED:** Pelo que entendi de outras entrevistas – e também do que você acabou de contar –, você já tinha uma bolsa para estudar na França. Ou seja, havia uma perspectiva de saída ligada à vida acadêmica, mas, ao mesmo tempo, você foi expulsa por razões políticas?

**HH:** Eu saí porque fui condenada a quatro anos e meio de prisão. Se fosse esperar a prescrição da pena, teria que aguardar nove anos. Saí porque estava sendo perseguida.

Inclusive, a Oban foi até a casa dos meus pais, revirou tudo. Acharam que havia material de contrabando, mas era só coisa que meu pai tinha comprado no Japão, nas viagens dele. Foi uma situação muito difícil, bastante brutal.

Também prenderam o pai do meu companheiro, o Simão Mathias – ele era diretor do Instituto de Química da USP – e o interrogaram, porque a polícia sabia que eu e o Gilberto Mathias estávamos juntos. Sabiam que estávamos escondidos na casa dos Bosi – isso já foi publicado, então acho que não tem problema em dizer. Eu e o Gilberto ficamos seis meses escondidos lá, perto da casa da minha mãe, no Itaim-Bibi. Quando alguém batia na porta, a gente se escondia debaixo da cama.

Enquanto estávamos lá, eu ajudava com leituras. Li e reli com eles as *Leituras de Operária*, da Ecléa Bosi (Bosi, 2021), o *Grande Sertão: Veredas*, e *Os Sertões*, do Euclides da Cunha, porque o Bosi estava escrevendo sobre esses livros.

Então, era esse tipo de trabalho que fazíamos com eles naquele tempo.

**ED:** Mas você já estava imaginando ir para a França, mesmo antes da repressão...

**HH:** Sim, porque eu já tinha certa facilidade com a língua e contato com a Embaixada. A bolsa foi concedida pelo consulado. Eu pedi essa bolsa na Embaixada da França, no Brasil. Como consegui, a França acabou se tornando uma possibilidade real. O Gilberto Mathias também tinha conexões: amigos e conhecidos do pai dele – o Samson Flexor, que era pintor, e o filho, Dudu Flexor – que já estavam aqui na França e poderiam nos acolher.

**MA:** Mas por que você abriu mão da bolsa num primeiro momento?

**HH:** Porque eu estava militando, eu não queria vir para cá. Já tinha decidido que não viria pra França. Mas, quando não havia mais jeito e precisei fugir, fui até a Embaixada tentar reaver a bolsa – mesmo meses depois do prazo, depois de já ter avisado que não viria mais.

Naquele momento, vi que não havia várias opções. Só tinha uma: fugir. Era isso ou ser presa, ser torturada. A pessoa que nos denunciou tinha sido torturada – ele, a mulher dele... Ele se chamava Xavier, na verdade era o Régis Castro de Andrade, do Cedec. Foi sob tortura que ele deu nossos nomes, e foi assim que começaram a nos procurar. Aí entramos naquele processo do POC.

**ED:** Mas voltar para o Japão, onde estava a família da sua mãe, não era uma possibilidade.

**HH:** Não, porque eu não tinha nacionalidade japonesa – só a brasileira. Quando fiz 18 anos, tive que optar, então sou brasileira por opção. Por isso, também nunca pedi a nacionalidade francesa. Já era brasileira por opção... ser francesa por opção também já parecia demais. Então dei para lá.

Agora, com a situação atual, me arrependo de não ter pedido. Mas agora é um pouco tarde. Tenho 78 anos, e o processo leva uns dois anos para ser concluído. Então, acabei desistindo. Fiquei só com a nacionalidade brasileira mesmo.

Ir para o Japão nunca foi uma ideia. Pensei em vir pra França. Pelo trabalho que eu já tinha feito na universidade, no Departamento de Filosofia, pelos contatos que eu tinha... Nunca considerei o Japão como opção.

**MA:** Você saiu pelo Chile, foi isso?

**HH:** Não, eu saí pelo Uruguai, depois fui para o Chile. Saí ilegalmente do Brasil, com um documento falso. Inclusive, tive muito medo. Na fronteira, eles nos pararam, porque estavam procurando alguém. Não era eu, mas eu estava com o documento falso. Fiquei com medo de que descobrissem, mas como procuravam outra pessoa, acho que passaram rápido pelos outros, e meu documento não foi descoberto.

No Chile, consegui um documento legal, ainda pela Unidade Popular, que era a época do Allende. A Unidade Popular tinha um setor ligado ao pessoal do Mapu (Movimiento de Acción Popular Unitario), que cuidava dos documentos. Entrei em contato com eles e consegui um documento de

viagem, com o qual vim para a França. Aqui, como asilada, tive o documento de trabalho e pude começar a trabalhar.

**MA:** Como foram os seus primeiros contatos com o feminismo?

**HH:** Acho que, no Brasil, a gente não tinha nenhuma organização com um programa feminista. Inclusive, nos diziam que não deveríamos ter filhos, porque criança pequena criava problemas de segurança, e isso valia para várias pessoas da organização que já tinham filhos.

Quando cheguei aqui, entrei em contato com o Michael Löwy, que cuidava dos refugiados políticos brasileiros em Paris. Foi ele quem me apresentou à Liga Comunista Revolucionária (LCR) e lá eu encontrei pessoas que eram feministas. Havia uma comissão feminista na organização, além de grupos feministas nas empresas, nas fábricas, nos bairros...

Militei na LCR por bastante tempo. Havia um grupo que trabalhava com a comissão de mulheres da CAF (Caisses d'Allocations Familiales). Eram bem militantes, tinham uma visão feminista, e isso me levou a conhecer e a ler mais sobre o feminismo. No Brasil, talvez eu já tivesse algum contato por causa da leitura da Simone de Beauvoir, mas não era algo prático. Aqui na França, o que realmente me despertou foi uma situação que vivi: fui quase estuprada no metrô. Me jogaram, eu me debati, fiquei toda ferida... Foi ali que me dei conta de que aquilo não aconteceria com um homem, mas podia acontecer com uma mulher andando sozinha às onze da noite na estação Saint-Lazare – que é bem longa e tem trechos desertos.

Acho que foi isso que me despertou de fato para o feminismo. Foi em 1975, no ano da Revolução dos Cravos – faz 50 anos.

Lembro que não denunciei a tentativa de estupro porque eu estava com documentos políticos na bolsa. Não queria ir à polícia naquela situação, então acabei não fazendo nenhuma denúncia. Mas aquilo me marcou e me levou a entender que o feminismo não era só teoria – era uma prática absolutamente necessária.

**ED:** E tinha alguma das feministas que você conheceu no Brasil e que você encontrou aqui também?

**HH:** A Sandra. Era o nome de guerra dela também. É uma pessoa que hoje está no Círculo de Mulheres Brasileiras, no Rio. Ela tem contato com a França também. Do Círculo de Mulheres Brasileiras, conheci várias delas pelo exílio. Algumas tinham sido presas em Ibiúna...

**MA:** Você se lembra de algum nome?

**HH:** A Sônia Giacomini, a Lena Lavinas, todas essas pessoas, eu tive contato aqui. Mas não tinha contato lá, no Brasil. Eu não tive contato com feministas no Brasil.

**MA:** E depois, foram pessoas com quem você trabalhou, num outro momento, Lena Lavinas, por exemplo.

**HH:** Sim, atualmente eu tenho contato com a Lena porque ela trabalha com financeirização de políticas públicas, políticas sociais, e eu trabalho um pouco também nessa área, em relação ao cuidado.

**ED:** Essa rede do feminismo e da academia, elas se encontram?

**HH:** Eu acho que essas do Círculo eram todas acadêmicas. Todas estavam fazendo doutorado, alguma atividade acadêmica aqui na França. Não eram operárias nem de camadas populares. Eram todas estudantes mesmo.

**MA:** Pelo que você descreveu, você vem de uma família de classe média ou classe alta. Como isso impactou sua vivência no exílio?

**HH:** Eu não posso dizer que vim de uma classe média alta. Embora meu pai fosse deputado, éramos oito filhos. Minha mãe não trabalhava fora, cuidava das crianças. Tínhamos uma pessoa que ajudava, também de origem japonesa, que cuidava da gente junto com ela. Acho que vivíamos bem, como classe média, mas não alta.

No Dante, por exemplo, eu tinha amigas que eram de classe média alta ou mesmo de classes altas. Havia uma diferença grande entre o nosso modo de vida e o delas.

A única coisa que meu pai dizia era que podia gastar o quanto quisesse com livros. A gente podia comprar todos os livros que quisesse, mas não podia gastar com outras coisas – roupas, por exemplo. Então, tenho essa sensação de que havia privações. E por isso não me considero de classe média alta.

**MA:** Durante o exílio você recebeu dinheiro da sua família?

**HH:** O meu pai deu o suficiente para comprar uma passagem internacional para vir para a França. E a minha mãe levou o dinheiro para um lugar menos conhecido que a gente escolheu. Nos encontramos lá antes de eu viajar. Eu estava na clandestinidade. Peguei esse dinheiro e consegui viajar com ele. Na França, todo o começo da minha vida foi muito facilitado pelo fato de que o Simão Mathias, pai do Gilberto Mathias, com

quem eu vivia, mandava bastante dinheiro. Ele nos ajudava com recursos para pagar aluguel e viver de forma digna.

Então, desse ponto de vista, tivemos uma vida muito tranquila no início.

**ED:** E quando você veio, você já veio com o contato do François Châtelet?<sup>4</sup>  
Para Ingressar na Filosofia?

**HH:** Não, eu acho que eu não o conhecia. Mas eu o contatei, e ele foi muito gentil, muito afável.

**ED:** Ele chegou a dar aula na USP também, né?

**HH:** Acho que sim, é possível. Eu li o livro dele antes de o conhecer. Pode ser que eu tenha visto o François Châtelet no Brasil, talvez até tenha tido algum contato com ele, mas não me lembro com certeza.

De qualquer forma, foi ele quem me deu os documentos necessários para eu me inscrever. Aliás, Vincennes era uma das poucas universidades em que você podia se inscrever sem apresentar nenhum documento – nem identidade, nem diploma.

Eu cheguei sem documentação nenhuma e, mesmo assim, consegui me inscrever. O problema é que o curso de Filosofia ainda estava em fase de constituição. Eles ainda não tinham a estrutura para emitir diplomas. Como eu não tinha nenhum documento, eu precisava de um diploma.

Foi aí que decidi deixar a Filosofia, deixar o Châtelet, e ir para a Sociologia, porque lá eles já emitiam diplomas. Fiz minha tese com o Jean-Marie Vincent, que acolhia todos os refugiados e pessoas com problemas políticos.

**ED:** Mas era uma tese sobre o Brasil. Era sobre o Estado, certo?

**HH:** É, foi sobre o Estado brasileiro, do populismo até a ditadura militar. Fiz a tese toda com bibliografia secundária. Foi o período em que mais trabalhei na Biblioteca Nacional, que, na época, ficava na rua Richelieu.

Li muito o Sérgio Buarque de Holanda e outros autores brasileiros que tinham livros lá. Claro, não pude fazer nenhum tipo de pesquisa empírica, nem nada direto no Brasil.

Comecei essa tese assim que cheguei aqui, em 1971, e defendi em 1979 (Hirata, 1979).

<sup>4</sup> A partir de 1969, participou com Michel Foucault e Gilles Deleuze da organização do departamento de Filosofia da Universidade de Paris VIII (Vincennes) – criada após o “maio de 1968” – que dirigiu por mais de dez anos. Em 1971, foi professor no departamento de filosofia da Universidade de São Paulo, juntamente com Jean-Pierre Vernant. Em razão da ditadura militar no Brasil, vários professores foram exilados, o que acabou gerando um risco de extinção do departamento de filosofia. Châtelet se prontificou a ser professor do departamento, a fim de ajudar os colegas brasileiros e atrair maior atenção internacional à situação de exceção no país.

**MA:** E você poderia falar um pouco mais do seu orientador? Você falou que ele recebia exilados de vários locais.

**HH:** Sim, porque o Jean-Marie Vincent era realmente um militante. Na época, havia muitos exilados de vários países – especialmente do Brasil, em 1971. Depois, em 1973, chegou muita gente do Chile, da Argentina, do Uruguai... Tinha muita gente tentando se inscrever para conseguir um estatuto de estudante na França. O Jean-Marie, assim como o Michael Löwy, era muito engajado. Acolhia todo mundo, entendendo que estávamos aqui por motivos políticos. Foi por isso que me aproximei dele.

Agora, como orientador, ele não era muito bom. Na banca de defesa, estavam o Pierre Salama, o Nicos Poulantzas... e deu para perceber que ele não tinha lido a tese.

**ED:** Eu queria retomar o papel da Maria José Werebe, porque você a conheceu lá, no Brasil, e ela também te acolheu aqui. Ela fazia parte dessa rede feminista?

**HH:** Não, ela não fazia parte, mas era feminista. Acolhia muitos brasileiros que vinham para cá. Ela e o marido, Samuel Werebe, formavam uma espécie de família de substituição mesmo.

Ela era mais velha do que eu, tinha duas filhas que eram minhas amigas de verdade. Escreveu sobre o Brasil, sobre a educação no Brasil – temas que me interessavam muito na época. Lembro que li os livros dela e cheguei a fazer prefácios.

Foi uma presença muito importante na minha vida, até o falecimento dela, já há alguns anos.

**ED:** E ela te deu alguns trabalhos também, certo?

**HH:** É, foi ela que me deu os primeiros trabalhos de transcrição de entrevistas que possibilitaram meu recrutamento no CNRS como *hors-statut* em 1980.

**ED:** Mas ela não chegou a vir fugida também?

**HH:** Ela não teve que fugir como eu, porque não chegou a ser processada nem condenada. Mas também não tinha mais espaço para ela na Faculdade de Educação. Foi uma das primeiras mulheres a ser recrutada como professora na Faculdade de Educação, e ocupava um posto importante.

O fato de ter sido perseguida e praticamente enxotada pelos próprios colegas da Educação fez com que ela não se sentisse mais à vontade no Brasil. Acabou conseguindo um posto no CNRS, aqui na França, para continuar trabalhando com o tema dela, que era a sexualidade entre os jovens.

**MA:** Depois que você entrou no CNRS, como foram os seus contatos com o Brasil? Porque, logo depois da anistia, você volta e já fica um tempo no Brasil. Esse vínculo continua até hoje. Você pode contar um pouco mais sobre como foi essa retomada e essa continuidade?

**HH:** Quando cheguei ao CNRS, eu estava trabalhando numa parte da minha pesquisa sobre o polo petroquímico de Camaçari. Havia um brasileiro que, acho, era o único no CNRS na época: o Luciano Martins. Encontrei uma referência a ele justamente sobre as pesquisas que ele tinha feito sobre Camaçari, em parceria com o geógrafo Hervé Théry, do Centre de recherche et de documentation sur l'Amérique Latine, que também trabalhou lá.

Quando decidi fazer minha pesquisa sobre o polo, entrei em contato com a Hélène Rivière d'Arc, que trabalhava com o Hervé Théry e o Luciano Martins. Nas primeiras vezes em que fui ao polo petroquímico de Camaçari, fui com eles – eles tinham carro e transporte até o local, que fica meio distante de Salvador. Esse foi meu primeiro contato com um brasileiro radicado na França que fazia pesquisa sobre o Brasil.

O Luciano Martins faleceu em 2014, e eu não o reencontrei depois da publicação dos livros sobre o polo. Mas nos encontramos naquela época, no início da minha pesquisa. E a Hélène Rivière d'Arc, que também era francesa e teve bastante contato com o Brasil e com as pesquisas feitas ali, também faleceu há pouco tempo, num incêndio na casa dela.

**MA:** Você teve contato com muitos brasileiros que vinham para cá, mas também com franceses que trabalhavam sobre o Brasil. Poderia falar um pouco mais sobre essas relações e como elas se davam?

**HH:** O mais importante dos intercâmbios que tive foi a partir dos anos 1980, quando fui para a USP. Primeiro, dei aula na Unicamp, depois fui para a USP, onde organizei uma série de seminários em 88 e 89. Eles se chamavam *Processo de Trabalho, Política de Gestão e Padrões Tecnológicos*.

Fiz esses seminários com o Mário Salerno, com os Fleury – a Maria Tereza Leme Fleury e o Afonso Fleury –, com o Claudio Salvadori Dedecca, a Márcia Leite e várias outras pessoas de diferentes unidades da Unicamp e da USP. Convidamos muitos franceses para participar.

Lembro particularmente do Robert Castel. Infelizmente, não temos registros da participação dele, embora ele tenha escrito um artigo com base na apresentação que fez nesses encontros.

Também participaram o Philippe Zarifian e o Jean Gadrey, da Universidade de Lille, que foram até lá e realizaram estudos sobre produtividade nos serviços. Havia ainda pesquisadores da área de ciências da gestão, como o Maurice Thévenet, que faleceu recentemente e foi convidado pela Maria Tereza Fleury para falar sobre políticas de gestão na França.

Esses seminários, nos anos 80, reuniram muita gente – tanto do Brasil quanto da França. Foram realizados na USP, mas havia pessoas da Unicamp no comitê de organização, como a Márcia Leite e o Dedecca.

**ED:** Mas, esses seminários eram financiados pelo Brasil?

**HH:** Eram financiados pelo Brasil.

**MA:** E não tinha gênero?

**HH:** Praticamente não tinha a dimensão de gênero.

**ED:** Porque, nesse momento, você já estava aqui como pesquisadora do CNRS.

**HH:** Eu já estava como pesquisadora do CNRS, mas coorganizei esses seminários com os brasileiros com quem eu tinha mais contato – como os Fleury, o Mário Salerno, a Márcia Leite... A Liliana Segnini também participou.

Esses seminários foram publicados, por exemplo, pela editora do Senac, que também contribuiu financeiramente para a vinda de alguns pesquisadores franceses. No geral, fazíamos pedidos de apoio ao CNPq, organizávamos os eventos e buscávamos recursos junto a instituições de fomento brasileiras, não francesas.

Já nos anos 1990, entre 1990 e 1995, tivemos um período de colaboração mais estruturado entre o CNPq e o CNRS, por meio de um acordo no qual os dois financiavam projetos conjuntos. Fizemos várias pesquisas, inclusive sobre desemprego. Vieram várias vezes ao Brasil pesquisadores que trabalhavam com esse tema, como o Didier Demazière e a Kurumi Sugita, que hoje está aposentada, mas na época estava na ENS de Lyon – ambos do CNRS.

Também participaram pessoas ligadas ao Ministério do Trabalho, como a Maria-Teresa Pignoni, e pesquisadores de Cannes que trabalhavam com estatísticas sobre desemprego, como o Alain Degenne e a Marie-Odile Lebeaux. Não me lembro de todos os nomes, mas houve bastante participação nesse projeto, que foi grande e envolveu até o Japão. Chegamos a solicitar recursos à Fundação do Japão para trazer pesquisadores japoneses ao simpósio que organizamos, tanto na França quanto no Brasil, para apresentar os resultados da pesquisa.

Esses resultados foram publicados em três países – no Japão, no Brasil e na França – num livro chamado *Paris, Tóquio, São Paulo*, sobre a trajetória dos desempregados. Esse livro foi importante porque apresentou os principais resultados do projeto, inclusive sobre a questão de gênero, já que as mulheres eram um dos grupos-alvo da pesquisa (Guimarães et al., 2009).

**ED:** Mas nessa pesquisa tinha alunos de doutorado? Ou eram pesquisadores?

**HH:** Eram todos pesquisadores estabelecidos. Acho que pode ter havido alguns doutorandos fazendo entrevistas, talvez coordenados pela Liliana Segnini, que liderava o Grupo-alvo das Mulheres na França. Mas, nesse grupo específico sobre desemprego, acho que não havia doutorandos participando diretamente.

Desde essa época, eu trabalho com a Nádyá Araújo Guimarães, e temos realizado várias pesquisas juntas...

**ED:** Vocês tiveram um Capes/Cofecub, não?

**HH:** Ah, não, o Capes/Cofecub é outra coisa. Esse grupo sobre desemprego foi financiado por editais como CNRS-CNPq e Fapesp-CNRS. O CNRS-CNPq foi muito importante, porque envolvia financiamento dos dois lados. Já o Fapesp-CNRS foi algo mais pontual, mas também conseguimos recursos desses dois organismos.

O Capes/Cofecub, por outro lado, não tem relação nem com o grupo dos seminários temáticos sobre processos de trabalho, nem com o trabalho que faço com a Nádyá. A Nádyá não participou do Capes/Cofecub. Esse projeto do Capes/Cofecub começou em 2000 e foi até 2020, com várias renovações. Começou com a Lucie Tanguy, na França, e a Liliana Segnini, na Unicamp. A Lucie Tanguy estava em Nanterre, mas fazia parte do GTM.<sup>5</sup> Já a Liliana atuava pelo Decise,<sup>6</sup> da Faculdade de Educação da Unicamp.

Depois, o projeto foi renovado em 2005, 2010, 2015... Até que a Lucie se aposentou e foi substituída pela Régine Bercot. No Brasil, a Liliana também se aposentou, e quem assumiu foi a Aparecida Neri de Souza.

O Capes/Cofecub continuou promovendo esse trabalho conjunto, com pesquisas e seminários. Vieram ao Brasil pessoas como a Sabine Fortino, da Universidade de Nanterre, e o Cédric Lomba, do CSU,<sup>7</sup> que apresentou

<sup>5</sup> GTM (Genre, Travail, Mobilités) é um grupo do Cresppa/CNRS. Ver: <https://www.cresppa.cnrs.fr/gtm/?lang=fr>

<sup>6</sup> Decise – Departamento de Ciências Sociais na Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp.

<sup>7</sup> CSU (Cultures et Sociétés Urbaines) é um grupo do Cresppa/CNRS. Ver: <https://www.cresppa.cnrs.fr/csu/?lang=fr>

sua pesquisa sobre a siderurgia na Bélgica. Ele veio com a esposa, a Sophie Pochic, que também trabalha com questões de gênero e fez uma conferência, embora não fizesse parte do Capes/Cofecub.

**ED:** Mas aí vocês recebiam bastante brasileiros?

**HH:** Recebíamos muitos doutorandos brasileiros. Aí é uma das assimetrias do Capes/Cofecub. Do lado daqui não vai doutorandos para lá, e do lado de lá para cá há uma profusão de doutorandos, pós-doutorandos, doutores – um número totalmente assimétrico.

Esse é um dos problemas atuais do Capes/Cofecub: há uma demanda muito grande da parte do Brasil e menos da parte francesa.

**MA:** Como explicar isso, sabendo que há pesquisadores trabalhando sobre o Brasil que poderiam se interessar?

**HH:** Nós não temos, entre os nossos doutorandos, nenhum trabalho sobre o Brasil, a não ser os brasileiros que estão aqui.

**MA:** Não houve nenhum caso de doutorando francês que foi ao Brasil pelo Capes/Cofecub?

**HH:** Não, não houve. E, daqui, nós recebemos a Bianca Briguglio, a Maria Rosa Lombardi, a Thaís de Souza Lapa... Muitas ficaram um ano. Pelo Capes/Cofecub passaram muitos doutorandos mesmo. Muitas eu acabei orientando.

**ED:** E você sente essas assimetrias em outros projetos que organizou?

**HH:** Não, porque o Capes/Cofecub é o único que permite mesmo a vinda de doutorandos, a ida de pós-doutorandos etc. É o único convênio desse tipo de que eu participei e em que vejo uma assimetria muito grande.

Nos outros projetos – inclusive nesse do desemprego, que envolvia tanta gente – eu não via uma assimetria tão grande. Porque as pessoas que foram para o Brasil foram por um período curto, não era para desenvolver um projeto. Enquanto os doutorandos que vieram para cá pelo Capes/Cofecub desenvolviam projetos mais longos. Por um ano, um ano e meio...

**MA:** Você poderia falar um pouco mais sobre esses diálogos, circulações entre Brasil e França? Quais seriam as dificuldades, as facilidades também?

**HH:** Eu acho que uma facilidade é que as pessoas que vêm do Brasil já têm um certo conhecimento, tanto da cultura francesa quanto das teorias em circulação. E o fato de que elas, em geral, dominam minimamente a língua. Tudo isso é mais difícil de encontrar no caso dos franceses que eventualmente vêm para o Brasil, a não ser aqueles que já trabalham especificamente com o Brasil.

**ED:** Você vê muitas diferenças entre a formação dos pesquisadores aqui na França e a formação dos brasileiros?

**HH:** Eu não tenho acompanhado a formação dos brasileiros, mas imagino que eles tenham uma ótima formação. Eles fazem mestrado, doutorado, e são pessoas com uma formação muito boa. Provavelmente são os melhores de cada estado que acabam chegando no mestrado ou no doutorado da USP e da UNICAMP. Mas eu não acompanho de perto a formação dos brasileiros hoje para saber como está, se está muito boa ou se está condizente com o que se pede.

**MA:** Mas você dá aula no Brasil quase todo ano? E como é essa experiência de dar aula na França e no Brasil?

**HH:** Pois é, mas na França eu já não dou aula há muito tempo, então é difícil comparar. Mas, quando dava aula... também sempre foi em pós-graduação.

**MA:** Você deu aula também em Versailles, não?

**HH:** Na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. A formação lá era boa porque era um curso conjunto com Paris V. E os alunos de Paris V eram muito bons.

**MA:** Diferentemente do contexto dos anos 60, quando muita gente aprendia francês na escola e conseguia pelo menos entender uma palestra, hoje o francês é cada vez menos falado no Brasil. Como você acha que isso impacta essa circulação entre os dois países?

As pessoas que vêm para a França, você acha que escolhem por um motivo particular?

**HH:** Acho que, certamente, hoje em dia as pessoas preferem, às vezes, ir para os Estados Unidos ou para a Inglaterra por causa da língua. O inglês é muito bem dominado por quem faz pós-graduação no Brasil, pelo menos na sociologia.

O francês é uma língua totalmente diferente e difícil de aprender de uma hora para outra. Mas não acho que seja um empecilho total, não.

Por outro lado, fora você, eu não tenho visto pessoas que venham trabalhar com gênero aqui na França. Não tenho visto mesmo. Não conheço pessoas que tenham vindo para fazer esse tipo de trabalho.

Mas, claro, dependendo do tipo de estudo sobre gênero – por exemplo, relações de gênero e trabalho – é mais frutífero vir para a França, porque há (ou houve) mais gente trabalhando sobre essa questão do que nos países de

Língua inglesa, sobretudo nos Estados Unidos. Mas, recentemente, não tenho conhecimento de pessoas vindo trabalhar com gênero aqui.

**MA:** Você acha que é porque aqui na França os estudos de gênero estão relacionados com os de trabalho? Algo distinto do que ocorre nos Estados Unidos ou Inglaterra? Porque eu tenho a impressão de que o que chega no Brasil em relação aos estudos de gênero é, principalmente, sobre gênero e trabalho.

Outras autoras bastante conhecidas aqui – todo o feminismo materialista – começaram a chegar ao Brasil mais recentemente. Mas a Danièle Kergoat e outras autoras francesas foram traduzidas porque abordavam o trabalho.

**HH:** Sim, mas hoje em dia já não é mais o caso, porque o eixo de pesquisa “gênero e trabalho” está muito enfraquecido na França. Muito pouca gente trabalha com a questão do gênero no trabalho – a não ser que você considere que os estudos sobre cuidados façam parte dessa questão, pois, atualmente, há mais estudos sobre cuidados.

Acho que o fato de haver uma área sobre cuidados aqui na França faz com que algumas pessoas queiram vir para cá para estudar, aprofundar a questão do trabalho em relação ao cuidado.

**MA:** E no Brasil? Você acha que é uma área em que há pessoas trabalhando?

**HH:** Atualmente, tem aumentado o número de pessoas que trabalham com cuidados. Mas o tema “gênero e trabalho”, como você disse, aqui na França [não] é uma área forte. Aqui as pessoas começaram a trabalhar mais com sexualidade, por exemplo, com arte. E no Brasil, não.

Não creio que haja outros campos que tenham substituído, mas há poucas pesquisas na área de gênero e trabalho atualmente também no Brasil. Acho que há uma tendência geral de diminuir as pesquisas na área de trabalho, porque a própria sociologia do trabalho tem seguido essa evolução.

**MA:** Sim. Mas esse foi um dos eixos também de circulação entre Brasil e França.

**HH:** Sim. Houve muita análise conjunta sobre sociologia do trabalho, e houve muita circulação nessa área entre Brasil e França. Muitas pessoas de áreas diferentes – economia, engenharia de produção, sociologia etc. – vieram para a França para estudar sociologia do trabalho. Essas idas e vindas têm se rareado justamente porque a questão do trabalho deixou de ser central na sociologia francesa.

Mas sobre as relações entre o Brasil e a França, muita gente participou de coisas, e com experiências interessantes de serem ouvidas. É difícil lembrar de todas as pessoas.

Por exemplo, eu pensei no Dominique Vidal, que trabalha com migrações, pesquisou os bolivianos em São Paulo, tem uma relação forte com o Brasil. Recentemente, ele esteve em Brasília. Ele fala português, escreveu um livro sobre as trabalhadoras domésticas do Rio e fez uma pesquisa longa, empírica, com essas trabalhadoras. É alguém que certamente teria o que dizer sobre a relação Brasil–França, porque esteve integrado nesse fluxo até recentemente. Tanto que eu o convidei para uma banca de doutorado de uma orientanda minha da USP, que vai defender agora em abril. Então, essa relação com o Brasil continua, inclusive com estudantes brasileiros. Pode ser bem interessante.

O Dominique tem experiência em prática de pesquisa no Brasil e pode falar, por exemplo, com que recursos ele trabalhou. Em geral, há mais apoio do lado brasileiro do que do francês. O Brasil valoriza muito a internacionalização, enquanto a França, de certo modo, já se vê como “internacional”, então não tem essa urgência de criar intercâmbios com outros países.

**MA:** Ou com os Estados Unidos.

**HH:** É, ou com os Estados Unidos, é verdade. Mas, na prática, quase não há intercâmbio. Isso faz com que o Brasil acabe fornecendo muito mais recursos do que a França para internacionalização e pesquisas. Até bolsas de doutorado são difíceis de conseguir aqui. Em geral, quem quer vir para a França fazer doutorado precisa já ter uma bolsa brasileira – da Fapesp, do CNPq, da Capes. Porque, por exemplo, o nosso laboratório aqui não teria como custear uma bolsa. A gente só recebe estudantes que já vêm com o financiamento do país de origem.

**ED:** Essa é uma das assimetrias.

**HH:** Essa é uma das assimetrias importantes, que é uma questão de recursos mesmo.

**MA:** E de interesse.

**HH:** E de interesse, porque a França não tem esse interesse de ter um processo de internacionalização, de ter franceses indo para o Brasil ou de trazer brasileiros para a França com dinheiro francês. E é uma assimetria importante, sim.

**MA:** Você falou bastante do Capes/Cofecub, mas não foi esse que te permitiu ir para o Brasil a cada ano e ficar alguns meses lá. Como conseguiu viabilizar essas estadias?

**HH:** Eu fui várias vezes pela USP, porque a USP tinha um programa para professores estrangeiros. Mas eles têm um máximo de 24 meses, depois do qual você tem que esperar cinco anos para pedir de novo.

Eu atingi os 24 meses com a USP e, então, pedi para a Fapesp. Fui dois anos seguidos pela Fapesp e, em 2023, também fui pela Fapesp.

E agora, este ano, acabei pedindo uma verba para o Cebrap, que era só para o alojamento, e consegui a passagem pela Unicamp, pelo Cesit.<sup>8</sup>

**MA:** E desde quando você fica dois ou três meses no Brasil para dar aula?

**HH:** Desde que eu praticamente pude voltar para o Brasil. Desde os anos 80. Eu tenho ido, em geral, todo o segundo semestre para o Brasil, e foi o que aconteceu nos últimos meses.

Só este ano que eu fiquei dois meses e meio, e não três meses, por problemas de alojamento.

**MA:** E o período da Covid também?

**HH:** Ah, sim. No momento da pandemia, eu não fui. Em 2020 e 2021, eu não fui. Fui em 2022. Foram dois anos em que eu interrompi por causa da Covid.

**ED:** Você sentiu, pelo fato de ser brasileira na França, algum constrangimento?

**MA:** Você, na universidade ou mesmo fora, se sentiu discriminada?

**HH:** Não, eu acho que fui discriminada como mulher mesmo. Porque as mulheres tiveram muito mais dificuldade de acesso para se tornarem diretoras de pesquisa, por exemplo. Aqui só tem a passagem de *Chargée de Recherche* para *Directrice de Recherche*, não tem outro nível, né? E essa passagem de *chargée* para *directrice* é muito difícil, e as mulheres, em geral, não passam.

Inclusive, muitas vezes, elas se autocensuram e não pedem a passagem para *Directrice de Recherche*, porque sabem que vai ser muito difícil, então preferem nem pedir. Foi o caso da Dominique Fougeyrollas, da Danielle Chabaud-Rychter etc., que terminaram a carreira delas como *Chargée de Recherche*, quando poderiam, se comparadas com homens de nível igual, ter perfeitamente pedido a passagem para *Directrice de Recherche*.

Então, são assimetrias mais de gênero mesmo, não de nacionalidade ou de perfil de pessoa estrangeira. Eu acho que o CNRS tem essa possibilidade

---

<sup>8</sup> Cesit – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho. Ver: <https://www.cesit.net.br/>.

de você poder ser estrangeira, ser contratada como estrangeira, porque tem uma porcentagem de postos de trabalho que são dedicados a estrangeiros.

**MA:** Na função pública, sim. Mas a exceção é pesquisa e universidade.

**HH:** É uma exceção. A gente está num lugar de exceção mesmo.

Eu tenho lembrança de discriminação de quando eu era pequena, quando estava na escolinha, na escola no Brasil. Quando acabei de chegar no Brasil, os meninos lá cantavam:

“Japonês tem quatro filhos, todos quatro aleijados...”

É o “hino do japonês”, e era uma forma de discriminação em relação ao japonês. Eu me lembro até hoje, e era de quando eu era bem pequenininha, era pré-primário, primeiro ano primário.

Mas, na França, adulta, uma pessoa de origem japonesa é mais bem-vista do que malvista.

**ED:** As pessoas aqui na França te veem como uma japonesa?

**HH:** Não, me veem como brasileira...

**MA:** Eu queria saber um pouco sobre como foi para você a chegada da extrema direita no Brasil, para uma exilada, uma antiga exilada. Você já falou um pouco sobre como via essa ameaça da chegada da extrema direita no contexto francês, então, esses dois lados: Bolsonaro e a possibilidade...

**HH:** Eu acho que a situação mundial é muito ruim, desse ponto de vista, porque há uma ascensão da extrema direita em toda parte – sem falar nos Estados Unidos.

No Brasil, quando houve a chegada do Bolsonaro, eu fiquei com medo de que os estudos de gênero fossem mais atingidos do que foram. Foram atingidos, mas de maneira relativamente suave. Quer dizer, não foi direto, não foi uma ameaça direta de fechamento de centros etc. O centro da Bila Sorj, por exemplo, o Neseg, continuou existindo, continuou fazendo pesquisas sobre LGBT, sobre uma série de questões sensíveis...

Talvez por dificuldade mesmo de conseguir localizar o que são os estudos de gênero dentro da universidade, dentro dos centros de pesquisa, não houve o que a gente esperava – ou temia –, que era um ataque frontal a toda a questão dos estudos de gênero no Brasil.

Aqui na França, o Macron está fazendo tanta besteira que acho que a Le Pen tem cada vez maiores chances... E o problema é que ela é vista agora como uma pessoa totalmente “potável”, nada perigosa – o que não é verdade. Se ela entrar na presidência, se ela conseguir o poder, vai fazer uma política de extrema-direita mesmo.

E não adianta a gente achar que o verniz que ela está se dando é um verniz verdadeiro. Há uma ameaça real, e a gente tem toda razão de ter medo de que isso aconteça nas próximas eleições.

Pelo menos, a esquerda mostrou que pode se unir, com essa virada que teve, mas a força dela não se verificou, porque a força dela não foi respondida pela direita de maneira cabal. Houve, pelo menos, essa esperança de que a esquerda pode se unir nas próximas eleições, o que poderia, talvez, mudar um pouco a situação. Mas, na França, o temor é real, sobretudo com o panorama internacional, que é muito ruim.

**MA:** Tem mais alguma coisa que você queira falar?

**HH:** Sobre esses temas? Não...

**ED e MA:** Muito obrigado.

## Referências

- Arantes, Paulo E. (1994). *Um departamento francês de ultramar*. Paz e Terra.
- Bosi, Ecléa. (2021). *Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias*. Editora Vozes.
- Guimarães, Nadya A. et al. (2009). *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio* (1. ed.). Argvmentvm; Universidade de São Paulo.
- Hardacre, Helen et al. (2021). *Japanese Constitutional Revisionism and Civic Activism*. Rowman & Littlefield.
- Hirata, Helena. (1979). *Le Rôle de l'état dans les pays dits "sous-développés" : le cas du Brésil* [Tese de Doutorado em Sociologia]. Université de Paris VIII.
- Piettre, André. (1969). *Marxismo*. Zahar.

Recebido: 31 out. 2025.  
Aceito: 14 nov. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](#)